

# Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias  
5 de setembro de 2016 - Nº 521 - [www.sindipetrocaxias.org.br](http://www.sindipetrocaxias.org.br)



## O GOLPE FOI CONTRA OS TRABALHADORES

O dia 31 de agosto vai ficar marcado na história do Brasil como o “Dia da Vergonha”. O dia em que vimos a morte da democracia. Em que a primeira presidenta mulher do país foi vítima de um Golpe de Estado, acusada injustamente de um crime sem provas.

Junto com a saída de Dilma Rousseff, foram derrubados os direitos trabalhistas e a soberania do Estado brasileiro. Assumem o poder com Michel Temer, a criminalização dos movimentos sociais, a entrega da Petrobrás e do nosso maior bem público, o Pré-Sal.

No mesmo dia, em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV, já como presidente golpista, Temer, afirmou que suas prioridades são as reformas trabalhista e previdenciária.

Um desastre para os trabalhadores e trabalhadoras. A maioria dos parlamentares, como ficou provado nos tristes espetáculos que foram as votações do impeachment, é financiada por empresários e especuladores. Na Câmara, são 246 empresários ou deputados eleitos por empresários. No Senado, 28 são empresários e 33 executivos ou profissionais liberais. Esses dados foram levantados pelo Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

Com esse compromisso que têm com seus financiadores de campanha, é evidente que esses parlamentares, ao discutir reformas trabalhista e previdenciária, vão votar pela retirada de direitos, redução do valor das aposentadorias de até 40% e aumento no tempo de contribuição para até 70 anos.

Além disso, privatizar é palavra de ordem no governo golpista. Assim como as reservas de petróleo no pré-sal, os recursos minerais e da estatal federal de energia, Eletrobras, o Aquífero

Guanani, reserva de água doce com mais de 1,2 milhão de km<sup>2</sup>, também está na lista de bens públicos a serem entregues para as multinacionais nos próximos meses.

### Luto pela democracia

O Sindipetro Caxias está de LUTO PELA DEMOCRACIA, mas no caso, este luto é verbo. “Vai ter muita luta nesse país”, afirmou o presidente do Sindicato, Simão Zanardi, logo após o final da votação do golpe. Só a pressão popular e a mobilização dos trabalhadores e das trabalhadoras vão impedir que os direitos sejam varridos do mapa brasileiro.

Começa agora uma nova fase de luta: A campanha da legalidade. No dia seguinte ao golpe a defesa de Dilma Rousseff entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a anulação da sessão do Senado Federal que aprovou o golpe e a realização de um novo julgamento.

O advogado José Eduardo Cardozo classificou o afastamento como golpe parlamentar, alegou cerceamento de defesa em várias etapas do processo e argumentou que a Lei do Impeachment, editada em 1950, contradiz a atual Constituição de 1988. Caso o golpe seja julgado legal, então a resistência começará a fase de diretas já.

E vamos à luta!



O  
EXTERMINADOR  
DO  
FUTURO  
(DOS TRABALHADORES)

## Governo golpista acelera as medidas para privatizar a Petrobrás

Desde que assumiu a diretoria da Petrobrás, Pedro Parente não escondeu a sua política privatista e entreguista. Ele anunciou a privatização dos terminais de Gás Natural no Rio de Janeiro e Ceará e das usinas termelétricas associadas aos terminais, entregou a participação da Petrobrás no bloco da Carcará.

Agora, Parente admitiu três ofertas

de compra da BR Distribuidora e está negociando a venda de ativos de gasoduto de forma exclusiva com a gestora Brookfield Asset Management Inc., do Canadá, entregando à Nova Transportadora do Sudeste sem nem sequer fingir leilões com cartas marcadas.

Outra na lista é a Liquigás Distribuidora S.A., que detém 21% do mercado de

GLP. Seu valor estimado está entre R\$ 2,2 bilhões e R\$ 2,5 bilhões. As negociações já estão em andamento e se concretizadas podem trazer grandes prejuízos não só aos consumidores finais, com um gás de cozinha mais caro, menos pessoas empregadas no setor de GLP, menos competitividade entre as empresas, podendo gerar, inclusive, a formação de cartel.

# PRÉ-SAL EM JOGO

## Votação do PL 4567/16 adiada na Câmara dos Deputados

Junto com a CUT e o MPA, a FUP e seus sindicatos se mobilizaram no dia 30 de agosto, em Brasília, e conseguiram impedir que o PL 4567/16 entrasse em votação no plenário da Câmara dos Deputados Federais.

O projeto, que tira da Petrobrás a condição de operadora única do Pré-Sal, entregando para as multinacionais a exploração destas reservas, estava na pauta para ser votado, mas após intervenções junto às lideranças partidárias, os trabalhadores conseguiram adiar a votação. O Projeto de Lei deve voltar para a pauta após o dia 12.

Também neste dia, a FUP e seus sindicatos protocolaram na Câmara o PDC 507/16, que propõe uma consulta à população sobre a exploração do Pré-Sal.



## O que prevê o PDC 507/2016

O Projeto de Decreto da Câmara 507/2016 propõe a convocação de um plebiscito nacional a ser realizado em data ainda não definida pelo Congresso Nacional, onde o eleitorado brasileiro seja consultado sobre a exploração do Pré-Sal, através da seguinte pergunta:

Você concorda com a manutenção da Lei 12.351/2010, que assegura à Petrobrás a exclusividade na condução e execução

de todas as atividades de exploração e produção do Pré-Sal e das áreas estratégicas de petróleo e gás?

A proposta é um contraponto ao PL 4567/16. A ideia de um plebiscito para que a população se posicione sobre o futuro da maior reserva de petróleo da atualidade foi lançada pela FUP e acolhida pelos deputados que subscrevem o PDC 507/2016.

"O projeto que protocolamos é para que a população defina através de um plebiscito o destino do Pré-Sal. O outro projeto que caminha na Câmara (PL 4567/16) visa abrir as riquezas do nosso povo para as multinacionais e isso nós não podemos permitir. Esperamos que a Câmara acate a nossa proposta de plebiscito e permita que a população decida sobre o futuro do Pré-Sal", declarou o coordenador da FUP, José Maria Rangel.

## PLACAR PIDV: O último a sair apague a luz!

Em fato relevante divulgado nesta sexta-feira, 02, a Petrobrás informou que 11.704 trabalhadores aderiram ao Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), o que representará uma redução drástica do efetivo próprio da companhia, levando em conta que nos últimos três anos, cerca de 8 mil petroleiros já deixaram a empresa sem que houvesse reposição dos postos de trabalho.

O resultado desse modelo desastroso de gestão serão mais e mais acidentes, colocando os petroleiros e a sociedade na iminência de uma grande tragédia anunciada, como aconteceu com a P-36, no governo FHC. Entre 1995 e 2000, mais de uma centena de trabalhadores morreram e dezenas de acidentes ambientais aconteceram no rastro dos planos de incentivo à aposentadoria e ao desligamento, que resultaram na

evasão de mais de 10 mil trabalhadores. A companhia chegou a ficar dez anos sem realizar concursos públicos.

Além disso, ao reduzirem em 25% o efetivo em apenas três anos, os gestores da Petrobrás colocam em risco também a herança de conhecimentos que os petroleiros desenvolveram ao longo dessas seis décadas da companhia e que é transmitida de geração para geração.

## Incêndio para REDUC por 48 horas

A Refinaria Duque de Caxias parou por 48 horas devido à falta de vapor. Na tarde do dia 31 de agosto, a U-1210 sofreu um grande incêndio que destruiu toda a instrumentação da torre de vácuo. O fogo foi tão forte que a brigada de incêndio levou 5 horas para controlar as chamas.

O incêndio foi causado por uma simples queda de energia na refinaria em decorrência de uma forte chuva na

região do Grande Rio que afetou, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), as linhas de transmissão e diversos circuitos de Furnas.

Por sorte não houve acidentados ou feridos, somente fogo e prejuízos. O caos só não foi maior graças aos Operadores que deram o primeiro combate e aos Técnicos de Segurança Industrial e toda a Brigada de Incêndio. Os empregados lutam pela Petrobrás, porém



não são reconhecidos. Esse ocorrido demonstra a falta de segurança e os riscos que os trabalhadores estão expostos dentro da REDUC.

# SPIE REDUC: Gerentes agem de má fé

O presidente do Sindipetro Caxias, Simão Zanardi participou, no dia 1º de setembro, da reunião para tratar sobre o cancelamento do SPIE da REDUC com a FUP, a Gerência Geral da REDUC, da Inspeção de Equipamentos e o gerente de Certificação do IBP.

Nesta reunião foram apresentados pela Petrobrás os novos anexos do recurso feito ao IBP. O anexo incorpora propostas de melhorias que vieram da CIPA e o outro que vieram do sindicato.

O coordenador da FUP, José Maria Rangel, reafirmou a necessidade de se manter o cancelamento do SPIE tendo em vista a má fé dos gerentes da REDUC que induziu ao erro a auditoria do IBP realizada em dezembro de 2015. Ficou constatada a contradição nas auditorias realizadas em dezembro de 2015 e março de 2016, após o acidente do TO Cabral. Dessa maneira, é possível atestar que os gerentes da refinaria agiram de má fé em relação aos auditores do IBP, entregando relatórios fraudulentos que induziam a manutenção



do SPIE, mesmo colocando em risco a vida dos trabalhadores.

Caso a REDUC não tenha o SPIE cancelado, todo o processo de certificação de todas as unidades da Petrobrás estará em risco, bem como a acreditação do IBP, afirmou Castelano, diretor de SMS da FUP.

O Sindicato e a Federação estão negociando melhorias no Plano de Ação visando uma nova certificação, porém sem abrir mão de neste momento manter o cancelamento do SPIE.

## Parada imediata dos equipamentos

A Comissão de Certificação irá se reunir no fim de setembro para discutir uma questão nebulosa da NR-13 e do SPIE: tempo de parada dos equipamentos.

1 - Parada imediata dos equipamentos que já apresentam os prazos de parada de manutenção vencidos segundo a NR-13;

2 - Parada imediata dos equipamentos assim que vencerem os prazos segundo a NR-13;

3 - Os prazos zeram e começam a contar a partir do dia do cancelamento do SPIE, com vencimento segundo a NR-13;

O sindicato e a FUP defendem que todos os equipamentos que já venceram os prazos da NR-13 devem parar imediatamente para manutenção, o que pararia toda a produção. Caso a COMCER aceite a tese da parada imediata, todos os equipamentos com prazos vencidos deverão ser imediatamente parados. A gerência da REDUC não apresentou ainda a lista dos equipamentos vencidos.

## Sindicato se reúne com MPT para tratar da greve

Os diretores do Sindipetro Caxias, Paulo Cardoso e Sergio Abbade, acompanhados da advogada Roberta Dumani, participaram na manhã do dia 1º de setembro de uma reunião com o Ministério Público do Trabalho, em Nova Iguaçu, para tratar de assuntos referentes a próxima greve que já está prevista no calendário de lutas e pendências judiciais da greve de 2015.



O MPT formalizou junto à Justiça do Trabalho, através de juntada em processo já em andamento, as denún-

cias feitas pelo Sindicato relacionadas às práticas antissindicais realizadas pela REDUC na última greve. O sindicato também pediu o apoio da procuradoria do trabalho durante a próxima greve que será realizada na refinaria e relatou sobre novos casos de ilegalidade dentro da REDUC. Ainda nesta reunião, foi relatado que o processo da morte do TO Cabral encontra-se na fase final. O sindicato espera que os gestores da Petrobrás sejam, enfim, responsabilizados.

## Silogismo da Segurança

A gerente geral apresentou um novo dogma para que não ocorra nenhum acidente na REDUC: basta agora o trabalhador usar a camisa dentro das calças e abotoar a camisa igual padre, até o pescoço.

Com esta medida o trabalhador estará protegido. Este raciocínio é falso. O que garante segurança é ter equipamentos com sua manutenção em dia, com a instrumentação funcionando, ter efetivo, cumprir as Normas Regulamentadoras e trabalhadores com treinamento constante.

A gerentinha pegou esta deixa e está querendo punir quem não tiver seguindo esta nova moda. O sindicato solicita a revisão desta nova moda e que a gerência tome medidas realmente que protejam a saúde e a segurança dos trabalhadores.

**Reunião mensal dos Aposentados com churrasco**  
Dia 06/09 | 10h | Sindipetro Caxias

# FUP inicia negociação, reafirmando que a Petrobrás não será ganha pelos golpistas



Nesta quinta-feira, 01 de setembro, dia em que o povo brasileiro acordou com o país refém de um golpe de Estado, a FUP e seus sindicatos deram início às negociações com a Petrobrás do Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2015-2017, que foi renovado no ano passado em sua íntegra, após a vitoriosa greve de novembro. Os petroleiros abriram a reunião, reafirmando que a empresa foi um instrumento para consolidação do golpe ao ter tido a sua imagem duramente atacada. O objetivo era induzir a sociedade a acreditar que a companhia era um antro de corruptos e, assim, enfraquecê-la para que outras operadoras se apropriem do Pré-Sal.

A FUP declarou que os trabalhadores continuarão resistindo ao desmonte da Petrobrás e à entrega do nosso petróleo. Os sindicalistas aproveitaram a presença na reunião de Pedro Roberto Oliveira Almeida, assessor da Presidência da empresa, para tornarem a deixar claro que a solução dos problemas financeiros da companhia não é a atual receita que vem sendo aplicada: vender ativos, abrir mão de aportes do governo e flexibilizar a legislação do Pré-Sal. “Pedro Parente é único presidente de uma petrolífera que não gosta de reservas de petróleo”, criticou José Maria Rangel, coordenador da FUP, ressaltando o

caráter social da Petrobrás. “Esta não é uma empresa qualquer e por isso vamos sempre disputar os rumos dela com vocês”, afirmou.

## Pendências do ACT

A FUP cobrou respostas da Petrobrás para as pendências do Acordo Coletivo que foram apresentadas à empresa na reunião do dia 26 de julho.

**Benefício Farmácia** – o RH informou que a partir da próxima segunda-feira, dia 05, os trabalhadores da ativa poderão solicitar pelo portal da AMS o reembolso dos valores gastos com medicamentos, através de um botão de acesso ao Compartilhado. A empresa esclareceu que a ferramenta estará disponível para os aposentados a partir do dia 15 de setembro. A FUP tornou a cobrar o restabelecimento do modelo do Benefício Farmácia, conforme previsto no Acordo Coletivo.

**ATS da Fafen-PR** – apesar de ter sido acordado com a direção da Petrobrás, até o hoje o ATS não foi implementado para os trabalhadores da Fafen-PR. A FUP ressaltou que o atendimento dessa reivindicação foi crucial para o fechamento da greve de novembro e que é inadmissível o diretor da empresa que assinou esse compromisso agora alegar que não tem como

cumprir o que foi acordado.

**Efetivos** – os petroleiros tornaram a ressaltar a importância da recomposição dos efetivos, destacando os riscos do PIDV, que, segundo números iniciais da Petrobrás, teve pelo menos 7.700 inscritos. Os sindicalistas criticaram os impactos da saída destes trabalhadores, sem qualquer critério para reposição das vagas, aumentando os riscos de acidentes. A FUP condenou a empresa por usar o PIDV para cortar custos e aumentar a rentabilidade dos acionistas, como afirmaram os gestores durante o Fórum de Efetivo, em maio deste ano.

Foi também cobrado o recálculo do BPO, o convênio com o INSS, além de questões relacionadas ao avanço de nível e promoção, benefícios educacionais e cálculo dos feriados do turno, que a empresa ficou de responder na próxima reunião.

## Termo Aditivo

A FUP apresentou a proposta de Termo Aditivo que os trabalhadores aprovaram na 6ª Plenafup, em que reivindicam 5% de ganho real e a reposição pelo ICV/Dieese da inflação acumulada desde setembro passado. A Petrobrás informou que responderá na semana do dia 12 de setembro.

Fonte: FUP



**LUTO PELA DEMOCRACIA**  
**#Temer Golpista! #LUTAR SEMPRE**

